



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA E
IMAGEM**

EDUARDO ANTONIO RAMOS SILVA

**JORNALISMO IMPRESSO PROTESTANTE E SUAS RELAÇÕES DE PODER
NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA BRASILEIRA: A
COMUNICAÇÃO-POLÍTICO-RELIGIOSA NAS PÁGINAS DO JORNAL “O
ESTANDARTE”**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de especialista no curso de Especialização em Comunicação Política e Imagem da UFPR sob a orientação do Prof. Dr. Ângelo José da Silva.

**CURITIBA
2011**

RESUMO

Este trabalho, de perfil descritivo, estuda a comunicação político-religiosa do jornal protestante *O Estandarte* – o qual pertencia ao grupo religioso presbiteriano –, assim como as relações de poder entre os editores do referido jornal – grande parte destes participantes do jogo político brasileiro –, e republicanos no último decênio do século XIX, especificamente 1893, ano da fundação do jornal. Tem-se por certo que os interesses republicanos nortearam a política editorial de inúmeros jornais de matriz liberal-republicana, mas qual era a orientação política do jornal protestante *O Estandarte*? Na tentativa de responder a essa questão analisaremos de maneira empírica os artigos desse jornal no ano de sua fundação. Concomitantemente a essa tentativa, verificaremos algumas pautas do jornal *O Estado de São Paulo*, a fim de estabelecermos correlações entre a política editorial de ambos os jornais. A escolha do jornal *O Estado de São Paulo* deu-se, primeiramente, por ser este um dos porta-vozes do republicanismo e, também, por motivações biográficas, visto que dois dos principais nomes desse jornal, Rangel Pestana e Júlio de Mesquita, em determinado período atuaram numa instituição protestante. Da mesma forma o principal redator de *O Estandarte*, Eduardo Carlos Pereira, posteriormente, escreveu artigos em *O Estado de São Paulo*. No desenvolver do trabalho levantamos a hipótese de que essas atuações resultaram numa relação de poder e num compartilhamento de ideias em prol do recente regime político implantado, o republicanismo, assim como numa comunicação religiosa por parte de *O Estandarte* com uma grande carga político-ideológica.

Palavras-chave: Comunicação político-religiosa, Religião, Protestantismo Brasileiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS NO BRASIL DO SÉCULO XIX	7
1.1 Protestantes brasileiros no século XIX: em busca de um espaço religioso	7
2. A TRADIÇÃO LITERÁRIA PROTESTANTE	13
2.1 Um novo jornal paulista: <i>O Estandarte</i>	14
2.2. “Arvora e o estandarte às gentes”: estratégias para sua divulgação	16
2.3. O primeiro ano de <i>O Estandarte</i> : otimismo renovado	20
2.4. Eduardo Carlos Pereira: caracterização sócio-biográfica de um clérigo protestante	20
3. INTERFACES ENTRE O JORNALISMO PROTESTANTE DE “O ESTANDARTE” E O JORNALISMO REPUBLICANO DE “O ESTADO DE SÃO PAULO”	23
3.1 “O Estado de São Paulo” e “O Estandarte”: relações de poder e aproximações quanto à política editorial	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a comunicação político-religiosa do jornal protestante *O Estandarte* durante os primeiros anos da República, visa, portanto, averiguar se há espaço em suas páginas para uma discussão política que evidencie uma atividade partidária em prol de um regime político específico. O ano da fundação do jornal contribui para essa investigação, pois nasce num período de agitações políticas, no embate de forças entre republicanos e monarquistas que culminou com discussões de âmbito religioso e cultural.

Durante o império a Igreja Católica gozava do *status* de ser a igreja oficial e assim as demais religiões eram apenas toleradas. Desta maneira o protestantismo de missão – principalmente as missões estadunidenses – foi, desde o início, signatário de um novo regime político.

Com o passar dos anos grande parte dos brasileiros convertidos ao protestantismo adere às ideias republicanas, enquanto republicanos simpatizam-se com o protestantismo. No primeiro grupo podemos situar: Eduardo Carlos Pereira, Remigio de Cerqueira Leite, Bento Ferraz etc., no segundo grupo figuram: Rui Barbosa, Rangel Pestana, Bernardino de Campos, Júlio de Mesquita etc. Com o advento da república e a laicização do Estado, protestantes e republicanos assistem uma acirrada campanha contra a república promovida pelos monarquistas e católicos, assim como o crescimento de um sentimento antiamericano.

É nesse calor de sentimentos políticos que surge o livro de Eduardo Prado, intitulado *A Ilusão Americana*, o qual faz uma ampla defesa da monarquia e uma crítica mordaz à cultura e à religião estadunidense, afirmando que as mesmas não se coadunavam com elementos da cultura e religião brasileira. Diante desse contexto sócio-político-religioso Eduardo Carlos Pereira – junto com outros dois redatores e tantos outros colaboradores protestantes - funda o jornal *O Estandarte* e apresenta aos leitores sua visão acerca dos últimos acontecimentos na pátria.

A visão política do jornal é norteada pelo seu principal redator: Eduardo Carlos Pereira, pastor protestante, filólogo da língua portuguesa e jornalista. Sua formação intelectual deveras contribuiu para que, desde cedo, fosse uma peça importante no jogo político brasileiro. Filiado ao Partido Republicano e influenciado pelo pensamento liberal, veria nos intentos dos monarquistas e católicos um perigo eminente para o protestantismo e para as

recém liberdades conquistadas no âmbito religioso por meio da Constituição Republicana de 1891.

Portanto, a partir da estrutura desse trabalho, ele será dividido levando em consideração a dimensão descritiva no que se refere à problemática. Dessa forma faz-se necessário no primeiro capítulo investigarmos as condições sócio-históricas do Brasil na segunda metade do século XIX, principalmente na questão político-religiosa, ou seja, no embate entre protestantes e católicos, e republicanos e monarquistas e suas respectivas articulações, tanto para conquistar, quanto para consolidar.

No segundo capítulo é importante analisarmos a tradição literária protestante, pois o presbiterianismo descende dessa tradição e no século XIX era a maior denominação protestante em atuação no Brasil. Analisaremos, também, o veículo de comunicação em si: seu formato, seu valor comercial, como era feita a sua distribuição, quem eram os assinantes, qual era a publicidade veiculada, qual era sua influência, ou seja, circulava por várias igrejas protestantes do país ou era um dos tantos jornais paulistas de micro alcance. Junto da análise do veículo de comunicação é pertinente uma síntese biográfica de seu principal redator, assim como verificar sua influência intelectual, sua visão política, sua relação com outros jornalistas e seus respectivos veículos de comunicação.

Por fim faz-se necessário uma análise pela via qualitativa dos artigos do jornal protestante *O Estandarte* comparando-os aos do jornal *O Estado de São Paulo*¹ a fim de investigarmos se existem conexões entre a visão política de um para com o outro, visto que o último era um dos porta-vozes do republicanismo.

Os artigos, tanto de *O Estandarte* quanto de “*O ESP*”, serão analisados a partir de janeiro de 1893 até dezembro do mesmo ano. A comparação está diretamente ligada à maneira como esses dois órgãos de imprensa noticiaram as revoltas ocorridas nesse período, tais como: a revolução federalista no sul e a revolta da armada, e destacar qual era a posição política editorial de ambos os jornais.

Analisaremos também como anunciaram eventos comemorativos da pátria e/ou datas significativas – 13 de maio (abolição dos escravos), 15 de novembro (proclamação da república). Como reagiram às novas leis republicanas: casamento civil, liberdade religiosa e, por fim, como concebiam a atuação do sujeito na república brasileira: suas obrigações cívicas, morais, políticas etc.

¹ Usaremos, a partir de então, a abreviatura “O ESP” ao nos referirmos ao jornal *O Estado de São Paulo*.

Dessa forma ao analisarmos os artigos do jornal *O Estandarte*, buscamos em suas páginas identificar as prioridades para o aparecimento desse jornal e encontrar elementos relevantes que nos levem à constatação da existência ou não de uma atividade política exercida pelos protestantes presbiterianos no século XIX por meio da imprensa; se de fato esse veículo de comunicação abria espaço para uma discussão política ou se era apenas um dos tantos “jornais” protestantes dispostos apenas a uma atividade meramente proselitista no sentido religioso do termo.

1. ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

1.1 Protestantes brasileiros no século XIX: em busca de um espaço religioso

O Brasil, desde a chegada dos colonizadores europeus, foi um país predominantemente católico, muitos de seus teólogos interpretaram a conquista do continente americano como um presente divino, uma recompensa diante das perdas territoriais na Europa em decorrência da reforma protestante (BARBOSA, 2002, p. 25).

A chegada da igreja junto ao colonizador e a primeira missa realizada em solo brasileiro davam indícios dessa hegemonia no campo religioso que, ademais, incumbiu seus sacerdotes a defenderem a verdadeira fé – a católica – e a verdadeira igreja – a romana – contra a heresia protestante. Essa tarefa foi tenazmente exercida pelos jesuítas que, embora nunca tenham instalado o tribunal do santo ofício no Brasil, sempre fizeram sentida sua influência inquisitória, levando os suspeitos de heresias a Portugal (SOUZA, 1986)

Embora mantivessem a hegemonia religiosa no Brasil, tensões típicas da modernidade abalaram suas relações eclesiais, pois no século XIX o catolicismo enfrentou o problema da modernidade liberal. Desde então a orientação quanto às práticas religiosas girou em torno de duas correntes: o jansenismo² e o ultramontanismo.³

Os defensores da igreja romana estavam despreparados para reagirem contra os padres defensores dessa modernidade.⁴ Os ultramontanos acusavam os jansenistas de serem negligentes quanto às suas funções eclesiais, imorais em seu costume, adeptos do regalismo e barganhadores de cargos públicos, no entanto, segundo Émile Leonard (2003, p. 43) uma das principais bandeiras defendidas pelos jansenistas era a independência da igreja

² Era o termo dado a tentativa de reforma na igreja católica do século XVII, instituída por Fleming Cornelius Otto Jansen (1563-1638). Dentre as propostas destes reformadores estava a mudança da teologia da igreja, ao invés do tomismo, defendiam o augustinismo. VIERA, David Gueiros. O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil. Brasília: UNB, 1980. p. 29.

³ O movimento ultramontano era a resposta da igreja católica as tendências modernizantes. A origem etimológica da palavra *ultramontano* (além dos montes), data do século XI e designava aqueles que defendem o papado e buscam suas orientações. No século XIX o título representou os interesses conservadores da igreja católica em reação às reformas iluministas. *Ibidem*, p. 32.

⁴ A Companhia de Jesus – os jesuítas – era considerada o exército da igreja católica e a principal defensora da escolástica. Chegaram ao Brasil em 1549 e se dedicaram à educação e à catequese dos índios. A hegemonia destes na área do saber restringiu o avanço cultural e científico. A ordem jesuítica foi expulsa do país no período das reformas pombalinas no século XVIII. Embora estivessem reativados novamente no Brasil do século XIX, ainda se recuperavam da desarticulação e, por isso, viam-se impossibilitados de desempenharem um papel mais eficaz contra os padres liberais. MENDONÇA, Antônio Gouvêa e FILHO, Prócoro Velasques. Introdução ao protestantismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1990. p. 62.

católica em relação a Roma. Dessa forma a igreja católica nacionalizada ficaria dependente desta apenas na doutrina, enquanto a hierarquia ficaria nas mãos do imperador.

Nesse vácuo religioso deixado pelas brigas internas entre jansenistas – que ansiavam pela modernização do país – e ultramontanos – que defendiam o conservadorismo e a sujeição da igreja católica a Roma – é que o protestantismo ganhou espaço e seus missionários foram tidos por parte dos cidadãos elitizados como arautos do progresso.

A primeira manifestação protestante no Brasil ocorreu com os calvinistas franceses. O líder destes calvinistas era o almirante francês Nicolas Durant Villegagnon que havia chegado ao Rio de Janeiro em 1555 comandando dois navios de guerra, nos quais estavam a bordo cerca de seiscentas pessoas. Villegagnon expediu uma carta à igreja reformada de Genebra – a qual, segundo o historiador Carter Lindberg (2001, p. 326) servia como um centro de operações missionárias de âmbito internacional. Nessa carta o almirante pedia a Calvino que enviasse pregadores para zelar com a espiritualidade daquelas pessoas.

Desse pedido feito por Villegagnon foi que a igreja reformada enviou ao Rio de Janeiro dois ministros⁵ (LINDBERG, 2001, p. 325). Poucos anos depois houve dissidência entre o almirante e essa comunidade reformada, o que contribuiu para o seu enfraquecimento na liderança frente à mesma, favorecendo com isso sua expulsão do Brasil pelas forças portuguesas. Essa comunidade reformada foi a que celebrou o primeiro culto, santa ceia e casamento protestante no país, contudo, não tinha ela o objetivo de evangelizar os brasileiros, antes, um lugar para praticar livremente sua fé, visto que na Inglaterra Maria Tudor tentava restaurar o romanismo no país e, para tanto, deu início a uma série de perseguições aos protestantes (BENCOSTTA, 1996, p. 47).

Em 1624 houve uma experiência de colonização protestante no nordeste brasileiro, a qual durou cerca de trinta anos e foi patrocinada pela Companhia das Índias Ocidentais. Contudo, essa colonização calvinista com sede em Pernambuco, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 63) era marcada por uma população instável e que, apesar de seu esforço, não conseguiu assimilar aspectos da cultura nordestina, ademais, a difícil situação econômica da nova colônia holandesa extinguiu futuras pretensões. No século seguinte a coroa portuguesa embargou o trânsito de estrangeiros na colônia e houve forte intolerância religiosa e aspirações inquisitórias.

⁵ Para Mesquida (1994, p. 91) foram enviados ao Brasil quatorze ministros, contudo, o jornal *O Estandarte* em sua 40ª edição reproduz um breve texto de Blackford traduzido por Maria T. da Costa Nunes, no qual informa que foram enviados ao Rio de Janeiro dois ministros – como afirma Lindberg -, e quatorze estudantes de teologia. *A Missão Brasileira, O Estandarte*, São Paulo. 07 out. 1893, p. 3.

Com a abertura dos portos surgem os primeiros missionários ingleses e, posteriormente, as comunidades alemãs, as quais estabeleceram suas colônias no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo. As igrejas estabelecidas nessas comunidades eram tipicamente igrejas de imigrantes; seus cultos eram celebrados em língua materna e viveram de acordo com as leis sobre a tolerância religiosa.⁶ Dessa forma, tanto os anglicanos quanto os luteranos restringiram seus serviços religiosos ao seu próprio povo.

O evangelismo direto aos brasileiros começou em 1854, quando o médico escocês Robert Reid Kalley veio ao Brasil fugindo da perseguição que foi imposta a ele e aos membros de sua igreja na Ilha da Madeira, em Portugal. No Brasil Kalley validou seu diploma de medicina para aqui exercê-la, mas foi cauteloso quanto ao evangelismo pelas lembranças das intolerâncias religiosas ocorridas naquele país.⁷

Quatro anos depois de Kalley chegou ao Rio de Janeiro Ashbel Green Simonton⁸, jovem missionário que pretendia desenvolver um evangelismo no Brasil e implantar o presbiterianismo.⁹ Para que os intentos de Simonton fossem alcançados era importante a colaboração de outros protestantes estrangeiros, daí que a ajuda de seu cunhado Blackford foi de fundamental importância, visto ter sido este a estabelecer o trabalho presbiteriano na cidade de São Paulo. Juntos fundaram o jornal *Imprensa Evangélica*, o qual contribuiu significativamente na implantação do presbiterianismo, pois, levantou polêmicas contra os jornais ultramontanos. Possuía escritores talentosos, tais como: Manuel da Conceição, Antônio José dos Santos Neves, Júlio Ribeiro e o Dr. Miguel Vieira Ferreira (GUEIROS, 1980, p. 147-148).

Simonton era da missão norte dos Estados Unidos – os *boards* de Nova Iorque. A partir da década de 1860 chegaram os imigrantes da região sul dos Estados Unidos e alguns

⁶ As leis garantiam aos imigrantes praticar as suas religiões particularmente, porém, não deveriam exercer o proselitismo. REILY, Duncan Alexander. História documental do protestantismo no Brasil. São Paulo: ASTE, 2003. p. 48.

⁷ Além de sua notável influência na área médica, Kalley desenvolveu um trabalho de distribuição de bíblias pelo serviço de colportagem e estabeleceu cultos em sua casa, posteriormente, a igreja evangélica fluminense. Também utilizou os jornais como meio de propaganda religiosa; sua propaganda visava alcançar os brasileiros. O primeiro destes batizados foi Pedro Nolasco de Andrade em 1858. No ano seguinte a mensagem religiosa de Kalley chegaria à corte imperial sendo batizadas por ele: Gabriela Augusta Carneiro Leão – irmã do Marquês do Paraná e do Barão de Santa Maria – e sua filha Henriqueta. CARDOSO, Douglas Nassif. Robert Reid Kalley: médico, missionário e profeta. São Bernardo do Campo: Ultimato, 2001. p. 117-131.

⁸ Ashbel Green Simonton (1833-1866) formou-se em teologia pelo seminário de Princeton e candidatou-se como missionário na Junta de Missões Estrangeiras da igreja presbiteriana dos Estados Unidos, escolhendo o Brasil como campo de sua preferência. SIMONTON, Ashbel Green. O diário de Simonton: 1852-1866. In: MATOS, Alderi. (Organizador). São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002. p. 08.

⁹ Sistema de governo elaborado por John Knox e adotado pela igreja da Escócia; se espalhou por diversos países e chegou aos Estados Unidos por meio dos puritanos. LUZ, Waldir Carvalho. John Knox – o patriarca do presbiterianismo. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2001. p. 138.

anos depois o *Comittee de Naschville* – junta missionária da igreja sulista. Os ex-confederados imigraram para o Brasil por um interesse econômico específico, pois possuíam uma hermenêutica bíblica que sustentava a manutenção da escravatura e o Brasil era o único país da América que após sua independência ainda não tinha cedido liberdade aos seus escravos.

Embora os estadunidenses oriundos da região sul encontrassem um país onde a escravidão era uma instituição que sustentava a economia e, por conta disso, poderiam continuar com essa prática, os clamores abolicionistas faziam-se ecoar por meio da imprensa. Esses clamores não foram suficientes para que houvesse um rompimento abrupto nesse sistema, dessa forma, a abolição no Brasil deu-se de maneira gradativa, pois até a lei áurea houve uma série de outras leis, tais como: a lei do ventre livre e a lei dos sexagenários (COSTA, 1962, p. 141).

Com a chegada desses missionários estadunidenses muitos se empenham em estabelecer contato com as elites da cidade de São Paulo que anelavam uma mudança política. A partir desses contatos os protestantes entendem que uma das melhores estratégias era a concentração de forças para o surgimento e o estabelecimento de instituições de ensino. Dessa maneira visavam educar a nova geração de brasileiros (uma nova catequese!) para que esta adquirisse uma moral protestante. Daí o surgimento do colégio internacional (1869), da escola americana (1870), e do colégio piracicabano (1881).¹⁰

Outras situações políticas favoreceram a investida dos protestantes sobre o vasto território brasileiro, pois não bastava, por parte destes, a compreensão teológica e nacionalista acerca do *Destino Manifesto*¹¹, mas, também, apoios incondicionais para tal empreendimento. Esses apoios vieram, sobretudo, dos republicanos e maçons. Os republicanos se opunham ao regime vigente: manifestavam-se contrários à escravidão e à união entre igreja e estado e defendiam a imigração de colonos americanos e a liberdade religiosa, ou seja, a livre-

¹⁰ Existe uma vasta literatura especializada no tema das quais destacamos os seguintes livros: *Protestantismo e educação brasileira* de Osvaldo Hack, o qual trata especificamente sobre o aparecimento da escola americana (embrião da universidade Mackenzie); *Ide por todo o mundo: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana 1869-1892* de Marcus Albino Levy Bencostta, o qual trata sobre o aparecimento do colégio internacional na cidade de Campinas por iniciativa do missionário George Nash Morton e *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso* de Peri Mesquida, o qual trata sobre o colégio piracicabano de iniciativa metodista.

¹¹ Convicção de que a nação norte-americana seria o novo povo escolhido por Deus, assim como fôra antes os hebreus descritos no Antigo Testamento. Sua missão, nesse caso, era levar ao mundo os ideais teológicos e políticos da sociedade cristã-protestante e essa responsabilidade deveria ser tomada como um dever a ser cumprido e não apenas como um privilégio concedido. Analogamente fazia-se sentir os versículos de Paulo, o apóstolo: “[...] Ai de mim se não pregar o evangelho!” 1 Coríntios 9.16.

consciência, pressuposto essencial no pensamento liberal. Grande parte destes republicanos pertencia à maçonaria¹² e, por causa dos ideais defendidos por essa sociedade secreta, se opunham tenazmente ao conservadorismo ultramontano da igreja católica e viam no protestantismo uma alternativa plausível para trazerem o progresso ao Brasil.

Por conta disso a maçonaria e o protestantismo estiveram unidos, de certa forma, por uma relação de interesse. Segundo o historiador presbiteriano Vicente Themudo Lessa (1938, p. 585) muitos missionários eram maçons e usavam as lojas como ponto de encontro para a divulgação de ideias religiosas e morais; tamanha era a proximidade que alguns elementos da igreja entraram nas lojas, vindo estas a terem até mesmo certa semelhança com uma igreja protestante.

Na tensa relação estabelecida entre igreja e estado, após as divergências entre o imperador Dom Pedro II e os bispos de Olinda e Pará, somados ao crescente sentimento republicano da classe média industrial fez com que muitos conservadores cogitassem a existência de uma espécie de conspiração liberal composta pela tríade republicanismo/maçonaria/protestantismo para que o regime do padroado fosse deposto e a república proclamada.¹³ Contudo, com o crescimento industrial e o clamor da burguesia emergente ecoado pela imprensa em favor da abolição da escravatura fazia-se necessário uma mudança no sistema político. Segundo Moniz Bandeira (2007, p. 196) as novas forças de produção com capital estrangeiro tornaram o império obsoleto, tal qual o engenho de açúcar movido à força de bois e do trabalho de escravos. Diante desse quadro social: pressão da economia mundial, agitação e fuga em massa de negros é que se deu a abolição da escravatura que ao invés de salvar a monarquia apenas principiou sua queda. A abolição foi o prelúdio da república.

Após a proclamação da república várias medidas foram tomadas, as quais tinham por objetivo afastar qualquer mancha que fizesse lembrar o passado monárquico. No campo jurídico Rui Barbosa foi o revisor da nova Constituição que era inspirada, sobretudo, na

¹² Um dos princípios da maçonaria diz respeito à liberdade de consciência e, por isso, é aceito na ordem pessoas das mais variadas religiões, visto que sua teologia é deísta – filosoficamente acreditam no grande arquiteto do universo -, ademais, seu discurso é extremamente moralista – algo que não é particular de uma única religião. BARRETO, Célia de Barros. “Ação das sociedades secretas”. In: Holanda, Sérgio Buarque (Organizador) HGCB – O Brasil monárquico – Tomo II, 3º volume. O processo de emancipação. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. p. 193.

¹³ O historiador David Gueiros Vieira trabalha em seu livro: *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa*, a tese de que as forças liberais se uniram em uma conspiração visando o detrimento da igreja católica no Brasil, porém, no decorrer de seu livro essa tese vai perdendo a força, embora vários indícios tenham conotações particulares de alianças que sugeriam essa possível união.

constituição norte-americana (MENDES, 1992, p. 70). Dentre os princípios jurídicos sobre os quais se assenta a nova Constituição de 1891 destaca-se a separação entre o estado e a igreja. Contudo, a euforia republicana e a aproximação ideológica desses partidários com elementos da cultura estadunidense fizeram com que até mesmo a bandeira brasileira ganhasse listras e estrelas, a diferença, portanto, deu-se apenas nas cores. Da mesma forma passou o país a chamar-se *Estados Unidos do Brasil*.

Se de um lado estavam os entusiasmados republicanos a fim de eliminar qualquer vestígio de política monárquica, do outro estavam os saudosos do regime extinto, ou seja, os monarquistas, que uma vez organizados lançariam seus clamores contra a república por meio da imprensa (SODRÉ, 1966, p. 293). Como se não bastasse, a imprensa internacional também anunciava a volta de Dom Pedro II ao Brasil para a restauração da ordem política, ou seja, da monarquia (MONIZ, 2007, p. 211).

Dado a incerteza dos rumos do novo sistema político e das tensões beligerantes no Rio Grande do Sul, em 1891 Deodoro renúncia e assume em seu lugar Floriano Peixoto. Em torno de sua figura heróica se dividem dois grupos de republicanos: os favoráveis à sua política, ou seja, das reformas profundas e aqueles que queriam uma república de fachada, ainda com a continuação do latifúndio como sistema econômico. Ainda que Rui Barbosa e outros homens de letras lutassem por meio da imprensa por um republicanismo puro, com boas leis, ou seja, um país *legal*, certo é que tínhamos um país *real* com sérios problemas econômicos e sociais.

Logo após a proclamação da república houve forte sentimento nacionalista acompanhado, como visto acima, de uma americanização do país. A resposta crítica ao novo modelo político adotado partiu da imprensa e de homens, tais como: Joaquim Nabuco e Eduardo Prado. Este último publicou no final de 1893, num momento propício para a manifestação do sentimento antiamericano o livro *A Ilusão Americana*, no qual tece uma crítica contundente ao sistema republicano, à cultura e à religião protestante. Segundo ele tanto a religião quanto a cultura estadunidense não se coadunavam com elementos da cultura e da religião brasileira (PRADO, 1893). Sua obra foi apreendida pela polícia e determinada a sua prisão, no entanto, este avisado a tempo foge do país.

Contudo, antes mesmo de Eduardo Prado desacreditar implicitamente o protestantismo brasileiro, Eduardo Carlos Pereira funda o jornal *O Estandarte* que, a partir de então, se transformará no principal veículo de comunicação religiosa e quiçá política entre os protestantes.

2. A TRADIÇÃO LITERÁRIA PROTESTANTE

Em 1517 Lutero propôs convocar a hierarquia sacerdotal da igreja para um debate teológico, visto que fixara suas célebres 95 teses escritas em latim na porta da catedral de Wittenberg. Como o diálogo e a discussão teológica não estavam nos planos da igreja romana, Lutero, no início da década de 1520, estava escrevendo panfletos religiosos para o povo alemão em vernáculo próprio, como, por exemplo: “apelo à nobreza germânica”, “o cativoiro babilônico” e “sobre a liberdade do homem cristão”. Suas ideias se propagavam rapidamente graças a astúcia de vários colaboradores e apoiadores de sua causa que, após ouvirem suas prédicas levavam suas homílias para que fossem impressas e, desse modo, lidas pelo maior número de pessoas.

Após ter sua mensagem religiosa espalhada pela Europa a causa protestante uniu várias nações-estado (luteranas e calvinistas) que, mesmo com interpretações teológicas distintas, harmonizaram essas respectivas interpretações para que houvesse estabilidade, uma norma com relação à pregação protestante. Isso fez com que houvesse uma causa comum com *status* político, ou seja, a reivindicação protestante perpassou então os limites de uma reforma moral no clero, e anelou uma reforma profunda na sociedade que implicaria em mudanças na economia, nas artes, na ciência e, de um modo geral, na própria concepção de mundo.

Portanto, esse homem “reformado” com uma nova consciência de si será o protagonista político do século XVI. WALZER, citado por SOUZA, nos apresenta a visão política de um dos grupos oriundos da reforma protestante, vejamos: “O inédito do calvinismo é o encorajamento à participação através de um discurso que apresenta como um dever do cristão, mesmo leigo, a ação política. A novidade está também no emprego de meios e métodos racionais, como: a impressão de jornais, a confecção de normas e regulamentos de conduta, a ocupação de cargos estratégicos na sociedade; tudo para atingir um fim político-religioso” (SOUZA, 1993, p. 11). Desse modo, a reforma protestante ocorreu na esteira da invenção e do uso da imprensa que, nesse caso, foi usada para a propagação da mensagem político-religiosa.

Seria, portanto, algo particular no protestantismo a tradição literária, o uso dos meios de comunicação de massa para transmitir a mensagem religiosa em forma de anúncio com fins proselitistas ou para a educação doutrinal do ouvinte. Contudo, o presente trabalho reconhece que amalgamado a essa mensagem religiosa muitas vezes a disposição política e a

militância partidária são particularidades implícitas e o jogo de interesses nem sempre é tão evidente.

Na história da imprensa brasileira, como bem salientou Nelson Werneck Sodré (1968, p. 1) (...) “aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações”. No entanto, seu livro não aborda qual seriam então os interesses e as aspirações dos grupos religiosos protestantes que mantinham viva essa tradição literária, embora o autor justifique que sua obra é uma síntese e que os detalhes dessa história merecem um estudo à parte.

Dado o problema faz-se necessário, portanto, a verificação nas fontes, ou seja, na própria imprensa protestante, em nosso caso o jornal *O Estandarte*, para analisarmos em suas páginas quais eram esses interesses, o que contribuirá, também, para verificarmos os reflexos do confronto político instaurado no Brasil na última década do século XIX, assim como sua posição política (re)velada.

2.1 Um novo jornal paulista: *O Estandarte*

No dia 07 de janeiro de 1893 surge um novo veículo de comunicação paulista: *O Estandarte*, nome tirado do seguinte versículo bíblico: “Passae, passae pelas portas, prepara e a estrela ao povo, fazei plano o caminho, escolhei as pedras e arvoae o estandarte às gentes” Is. LXII,¹⁴ este é, de certa forma, seu dístico e aparece logo abaixo do nome do jornal; seu formato: 47x32¹⁵, com 4 páginas.

O jornal informa que sua redação e seu escritório ficavam no mesmo endereço: Rua 24 de Maio, 48, anexo ao prédio onde funcionava o templo da igreja presbiteriana, todavia, o jornal *O Estandarte* não era o órgão oficial da igreja para a propagação de informações, pois se tratava de uma empreitada particular de Eduardo Carlos Pereira e outros importantes líderes presbiterianos, no entanto, como visto, as dependências eclesiásticas eram usadas para fins jornalísticos. Isso, de certa forma, denota o caráter de importância que se dá ao novo jornal e a pretensão deste em tornar-se o porta-voz do presbiterianismo brasileiro, uma vez que a *Imprensa Evangélica* já não mais existia.

¹⁴ Optamos por manter a *grafia* da época.

¹⁵ Segundo Freitas Nobre em seu livro *História da Imprensa de São Paulo*, o jornal a que nos referimos teve três formatos em épocas diferentes: a 1º 47x32, quatro páginas (de 1893 até 1909), 2º 54x59, quatro páginas e 3º 32x23, dezoito páginas (1912-).

Sua publicação era semanal, o custo de sua assinatura era de 8\$000 anuais e 5\$000 semestrais, com um abatimento de 10% para aqueles que ficassem com mais de dez assinaturas. Sua impressão era feita na Typographia da Sociedade Brasileira de Tractados Evangelicos¹⁶, na Rua 24 de Maio, 50, anexo à redação e ao escritório. Durante o ano de 1893 foram mais de cinquenta edições que versaram sobre os mais diversificados temas religiosos, tais como: campanha nacional para a evangelização da pátria, notícias estrangeiras a respeito do evangelho, devocionais bíblicos, poesias sacras, apologética cristã-protestante etc.

A primeira edição apresenta seus redatores, são eles: Eduardo Carlos Pereira, Bento Ferraz e J. A. Corrêa; também apresenta seus colaboradores fixos, são eles: J. R. C. Braga, J. Zacharias de Miranda, Álvaro E. dos Reis, Herculano E. Gouvea, Benedicto Ferraz dos Campos, Remigio de Cerqueira Leite, Dr. Bernardo da Silva, José Primênio, B. de Araujo Cezar, Joaquim Ribeiro e David dos Santos. Valemos-nos da tabela abaixo para apresentarmos ao leitor as principais atividades sócio-políticas exercidas por alguns desses editores e colaboradores de *O Estandarte*:

Bento Dias Ferraz de Arruda (1865-1944)	Colaborador na imprensa protestante e ativista político. Fundou um jornal chamado <i>Folha do Povo</i> e foi prefeito da cidade de Araraquara. Advogado defendeu os direitos constitucionais republicanos, tais como: liberdade religiosa e casamento civil. Foi professor no Instituto Teológico e em 1900 foi aprovado por concurso para a cadeira de português do Ginásio de Campinas.
João Ribeiro de Carvalho Braga (1852-1934)	Foi professor no Colégio Morton, Escola Americana e no Seminário Presbiteriano. Filiado ao clube republicano foi eleito prefeito municipal de Sorocaba.
José Zacarias de Miranda e Silva (1851-1926).	Músico profissional da orquestra do Teatro São José, vereador na cidade de Sorocaba e diretor do Colégio Sorocabano. A partir de 1896 foi diretor da <i>Typografia da Sociedade Brasileira de Tractados Evangélicos</i> e redator-gerente de <i>O Estandarte</i> .

¹⁶ A Sociedade Brasileira de Tractados Evangelicos foi criada por Pereira na época em que atuava como ministro protestante na cidade de Campanha. A finalidade da Sociedade era a criação de folhetos evangelísticos que abordassem com mais precisão o contexto social brasileiro, pois, antes dessa iniciativa, a literatura evangelística era produzida pelos próprios missionários estrangeiros e, por conta disso, as traduções eram descuidadas e a linguagem rebuscada ao contexto nacional. LÉONARD, *Op. cit.* p. 152. Na época da publicação do jornal a Typografia tinha cinco typografos, um gerente, e um diretor. TYPOGRAFIA DA SOCIEDADE BRAZILEIRA DE TRACTADOS EVANGELICOS. *O Estandarte*, São Paulo. 27 maio. 1893, p. 3.

Álvaro Emídio Gonçalves dos Reis (1864-1953).	Formado em teologia pelo Colégio Internacional, pastor na igreja presbiteriana do Rio de Janeiro, em 1899 fundou o jornal <i>O Puritano</i> . Colaborou, também, no <i>Jornal do Comércio</i> .
Herculano Ernesto de Gouvêa (1861-1931).	Escreveu no <i>Diário Mercantil</i> , contista, colaborador assíduo na <i>Imprensa Evangélica</i> e em <i>O Puritano</i> .
Remígio de Cerqueira Leite (1858-1904).	Foi professor do Instituto Teológico e professor particular das filhas de Bernardino de Campos. Em 1893 foi nomeado por este para ocupar a cadeira de francês na Escola Normal da Praça da República.
Joaquim Ribeiro (1865-1954).	Ativista político foi vereador e prefeito de Brotas, colaborou na imprensa protestante e no desenvolvimento de trabalhos evangelísticos em várias cidades.
Dr. Bernardo da Silva	Filiado ao Partido Republicano Paulista foi senador estadual pelo Estado de São Paulo entre os anos de 1892-1894.

Fonte: MATOS, Alderi. Os pioneiros presbiterianos do Brasil. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

2.2. “Arvorae o estandarte às gentes”: estratégias para sua divulgação

Verifica-se na 1ª edição do jornal que não existe anúncio publicitário, contudo, a partir da 10ª edição uma livraria passa a ser anunciada. Esta empresa era uma livraria evangélica situada no Rio de Janeiro, na Rua sete de setembro, 71, e comercializava literatura protestante, como, por exemplo: Bíblias (edições de Figueiredo e de Almeida); livros: *O Papa e o Concílio* do teólogo alemão Johan Joseph Ignaz Voz Dollinger, no qual faz uma crítica ao dogma da infalibilidade papal e que foi traduzido por Rui Barbosa, *História da Reforma, A donzella valdense* etc. Pouca literatura cristã, nada mais que normal num país que carecia de livros. A partir 22ª edição o jornal recebe outro anúncio publicitário, no entanto, trata-se de outra livraria evangélica, esta situada em São Paulo, na Rua 24 de maio, 50, ou seja, no mesmo endereço da Typografia.

Embora essa livraria possua um acervo maior destacamos o livro *Do futuro dos povos católicos* do economista belga Émile Louis Victor de Laveleye, pois muitos intelectuais brasileiros criam na tese desenvolvida pelo economista, a qual via um nexos entre protestantismo e o progresso e, por conseguinte, uma maneira de explicar o atraso das nações católicas.

Na 31ª edição aparece o primeiro anúncio da *Typografia da Sociedade de Tractados Evangélicos*, no qual Luiz da Silva expõe a qualidade técnica da Typografia, vejamos:

Este estabelecimento acha-se completamente montado, com habilitações para fazer todo tipo de trabalho typografico, podendo-o fazer em melhores condições que outros estabelecimentos da capital ou do interior, visto importar o papel directamente da Italia.

Recebemos qualquer encomenda do interior, porém só daremos principio depois de paga a importancia ajustada.

Outro sim, si alguma pessoa quizer nos encarregamos de mandar vir papel igual ao do *Estandarte* sob a comissão de 5% pagando no acto do pedido 20% do signal e na entrega do papel o restante ao cambio do dia.¹⁷

O expediente de *O Estandarte* informa, desde sua 1ª edição até a 4ª, que uma remessa de jornais foi remetida a um bom número de cidadãos. A julgar que o fim último dessa remessa era comercial, pois aquele que não devolvesse o jornal era considerado assinante, é muito provável que esse “bom número de cidadãos” pertencesse à elite paulista com poder aquisitivo suficiente para arcar com a manutenção da folha, vejamos:

Remetemos a nossa modesta folha a um bom número de cidadãos. Esperamos que ella será geralmente bem acolhida. Aquelles que não quizerem cooperar conosco terão a bondade de devovel-a, certos de que aquelles que o não fizerem até o fim do corrente mez, serão considerados assignantes.¹⁸

Na 9ª edição o jornal nos informa que tinha 1.200 assinantes e que os editores reservavam certa quantia para clubes de leituras, gabinetes e permutas, contudo, pouco tempo depois a publicação de *O Estandarte* viu-se comprometida por questões financeiras. Muito provável que dos muitos cidadãos ilustres que receberam o jornal poucos tenham aderido às assinaturas, e dentre os que aderiram, alguns não pagaram, pois já em sua 13ª edição lançada no dia 01 de Abril, observamos o seguinte:

“Tenho gostado muito d’O Estandarte – escreve-nos um irmão de Lavras – estou vendo se arranjo assignantes”. Si o bom exemplo deste irmão não for imitado, teremos de envolver-nos nas dobras de nosso Estandarte e retirar-nos do campo de batalha. Não temos verbas missionárias que possam cobrir nossos *deficts* no fim de cada mez, e a nossa existência, *au jour le jour*, depende do numero de assignantes e da pontualidade no pagamento das assignaturas. Cada amigo nosso, pois, que acha não devermos recolher-nos ao silencio, nos envie com presteza duas cousas – *assignantes e asignaturas*.¹⁹

¹⁷ ANUNCIOS. O Estandarte, São Paulo, 05 ago. 1893, p. 4.

¹⁸ EXPEDIENTE. O Estandarte, São Paulo, 07 jan. 1893, p. 1.

¹⁹ FACTOS E COMENTOS. O Estandarte, São Paulo, 01 ab. 1893, p. 4.

Embora as dificuldades financeiras do jornal fiquem claras logo nas primeiras edições observamos também que sua distribuição continuava a ser feita e obedecia-se uma logística nacional graças aos agentes responsáveis pela distribuição e pela coleta das assinaturas, vejamos:

São nossos obsequiosos agentes: em Botucatu, Rev. J.R. de Carvalho Braga; no Rio, Dr. F. Paula Barreto; em S. João da Boa Vista, Rev. Alvaro dos Reis; em Itatiba, Rev. Herculano de Gouveia; em Jahu, Rev. João Bizarro e Bellarmino Ferraz; em Rio Claro, M. Ribeiro dos Santos; em Dois Corregos, Joaquim H. Pinheiro; em Brotas, José R. de Cerqueira Leite; em São Carlos do Pinhal, David dos Santos; em Sorocaba, Rev. J. Zacharias de Miranda; em Cabo Verde, Rev. Caetano Nogueira; em Faxina, Francisco de Carvalho; em Guarehy, Domingos Jacob; em Lavras, Joaquim Bernardes de Oliveira; em S. João D-El-rei, F. Deslandes; em Paraná, Rev. T. J. Porter; em Cruzeiro, João da M. Coelho; em Avaré, Joaquim de Godoy; em Itapira, Conrado W; em Mieté, J. P. Melle.²⁰

Como visto acima várias cidades recebiam o jornal por conta desses agentes e grande parte das assinaturas era uma adesão à causa protestante feita pelos próprios protestantes, comumente chamados de “irmãos” pela redação.

Em sua 9ª edição o jornal apresenta uma novidade em sua primeira página: uma ilustração de Martinho Lutero com uma síntese biográfica. Na edição seguinte é manifesta a intenção em apresentar aos leitores, ao menos uma vez ao mês, uma edição ilustrada e, assim, as edições de número 14, 17 e 22 seguem com as ilustrações de Marquês de Pombal, do antigo Templo em Jerusalém, e de uma família japonesa, respectivamente. Contudo, o propósito em integrar ao jornal uma ilustração mensal foi abandonado, visto que a ilustração sobre as características culturais de uma família japonesa presente na 22ª edição no mês de junho, foi à última. Vejamos duas ilustrações:



Martinho Lutero



MARQUEZ DE POMBAL

²⁰ AGENTES. O Estandarte, São Paulo, 08 ab. 1893, p. 3.

Os motivos para o fim do empreendimento ilustrativo não são claros, embora, presume-se que esse projeto encarecia a publicação e, visto que as condições financeiras do jornal não eram animadoras, deu-se por encerrado esse investimento gráfico. Todavia, não fica evidente uma discussão interna ou externa entre os protestantes brasileiros do século XIX quanto ao uso de imagens gráficas em periódicos.

Embora grande parte dos grupos sociais protestantes fosse contrária às imagens, os motivos que os levaram a essa interpretação estão relacionados aos fatores sócio-históricos pós-reforma protestante e às intervenções constitucionais do estado brasileiro no século XIX ao que se referia à liberdade religiosa. Martinho Lutero, por exemplo, em suas investigações teológicas propôs uma volta às fontes bíblicas (*ad fontes*), sua ênfase foi na *sola scriptura*, ou seja, uma vez que o povo tivesse contato com elementos de fé provenientes da bíblia deixaria as práticas supersticiosas oriundas de uma ignorância intelectual incentivada pela igreja católica. Contudo, essa ignorância e apego às imagens como justificação salvífica seriam refutados pela própria ação da palavra de Deus no indivíduo. Dada essa constatação Lutero agiu como um teólogo na orientação doutrinal do ouvinte, e não como um revolucionário disposto à destruição das imagens em Wittenberg como afirma Machado (2001, p. 10).

O iconoclasmo protestante está ligado diretamente à Reforma Radical ou, segundo Lindberg (2001, p. 164) à Reforma do “homem comum”, a qual pertence Andreas Von Karlstadt, o responsável pela iconoclastia que atingiu Wittenberg no período em que Lutero estava escondido no castelo do príncipe Frederico.

Outro fator importante diz respeito à organização político-social do estado brasileiro, prevista na Constituição de 1824, pois a mesma colaborou para que, entre os protestantes brasileiros, o uso de imagens fosse coibido, visto que o Art. 5º dizia: “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo” (CONSTITUIÇÃO, 1824).

Portanto, as igrejas protestantes aqui estabelecidas no século XIX foram constitucionalmente proibidas de utilizar algumas imagens, tais como: a cruz, a pintura dos vitrais, o sino etc., também, a arquitetura das igrejas protestantes não podia ter a aparência exterior parecida com a da igreja católica.

Esses fatores históricos contribuíram para que a gênese do protestantismo de missão instalado no Brasil abdicasse de alguns símbolos religiosos – como visto acima – que estão

presentes em segmentos do protestantismo europeu, por exemplo. Sendo assim, se havia uma repulsa às imagens no protestantismo brasileiro o mesmo encontra subsídios no anseio pela singularidade quanto à *práxis* religiosa, uma busca por um diferencial frente ao grupo religioso dominante, o católico e, também, pelo cerceamento jurídico do estado quanto aos limites da vivência religiosa.

2.3. O primeiro ano de *O Estandarte*: otimismo renovado

Ao final do ano de 1893 os redatores e colaboradores de *O Estandarte* fizeram um balanço sobre o ano findo. A última edição anual foi publicada no dia 30 de dezembro, a qual apresenta o sumário de receita e despesa. No primeiro semestre o jornal teve uma receita 3:251\$000, no segundo a receita aumentou e o saldo foi de 4:470\$000, ou seja, uma melhora em cerca de 37% , fechando o ano com uma receita de 7:721\$300. Contudo, as despesas do jornal foram as seguintes: no primeiro semestre 4:382\$000 e no segundo semestre 4:047\$000, como visto a despesa do primeiro semestre excedeu a receita do mesmo e isso foi o principal responsável pelo déficit acumulado no final do ano de 707\$700. Todavia, isso não arrefeceu os ânimos dos redatores que na mesma edição declaram:

E, agora, sob o lábaro socrosancto dos princípios sociais de um christianismo extreme, encarando serenos o futuro, tendo a fé por talabarte de nossos rins, na dextra a espada do Espirito, seja nos licito, em nome de Deus e da humanidade, bradar a nossos leaes amigos: Camaradas, ao novo anno!²¹

Tendo em vista que grande parte dos jornais produzidos no século XIX tinha vida efêmera *O Estandarte* corria o mesmo risco, no entanto, era previsível que embora houvesse dificuldades financeiras o jornal continuaria sua publicação, pois seu principal redator era um homem de comunicação que, desde a década de 1880, vinha contribuindo para com o jornalismo protestante, como veremos agora numa breve síntese biográfica.

2.4. Eduardo Carlos Pereira: caracterização sócio-biográfica de um clérigo protestante

Eduardo Carlos Pereira nasceu em 1855 na pequena cidade de Caldas no estado de Minas Gerais. Seu pai era fazendeiro no município e sua mãe professora. Ainda na infância

²¹ O ESTANDARTE. *O Estandarte*, São Paulo, 30 dez. 1893, p. 1.

estudou latim e francês. Quando seu irmão adquiriu uma farmácia em Araraquara no estado de São Paulo Pereira acompanhou-o, matriculando-se então no Colégio Ipiranga.²²

Em 1873 esse colégio transferiu-se para Campinas unindo-se ao Colégio Culto à Ciência²³, no qual atuou como professor de latim e português. A sua residência na cidade de São Paulo por conta de seu preparo para os exames na Academia de Direito, e a recomendação pastoral de George Nash Morton, o qual havia conhecido em Campinas, proporcionaram seu encontro com o reverendo Chamberlain na primeira igreja presbiteriana de São Paulo, a qual passou a frequentar.

Seus planos quanto à carreira jurídica foram interrompidos após sua assídua frequência nas celebrações religiosas ocorridas na igreja presbiteriana de São Paulo, ali foi convencido por Chamberlain a dedicar-se ao estudo teológico em regime de tutoria. Seus professores eram: George Chamberlain²⁴ e John Beatty Howell²⁵. Após quatro anos de estudo prestou exames teológicos e obteve sua licenciatura ao pastorado, e no mesmo ano casou-se com a suíça Louise D'Allinges Lauper. Em 1881 foi ordenado ao corpo de pastores da igreja presbiteriana de São Paulo e dois anos depois se dirigiu à cidade de Campanha, em Minas Gerais, na qual foi pastor por cerca de seis anos.

Em 1888 foi ordenado primeiro pastor da igreja presbiteriana de São Paulo em substituição ao reverendo Chamberlain que estava em Nova Iorque. A partir de então Pereira pôde contribuir significativamente nas atividades religiosas do período, tais como: a criação do Hospital Samaritano e o apoio a Associação Cristã de moços; assim como nas discussões políticas do seu tempo, como evidenciamos por conta do convite que recebera para disputar uma cadeira de deputado pelo Estado de São Paulo pelo Partido Republicano.²⁶

Sua influência intelectual foi sentida na capital, visto que sua experiência docente era bastante prestigiada, pois havia lecionado nas principais escolas da região, tais como:

²² Esse colégio oferecia aos seus alunos a possibilidade de matricularem-se nos cursos anexados à Faculdade de Direito, sua formação era tida pelas autoridades escolares como sendo de nível superior. MESQUIDA, Peri. *Op. cit.* p. 64.

²³ Os professores desse colégio eram republicanos, os principais membros do partido faziam ali em suas dependências conferências de natureza política, as quais tinham como objetivo primário a transmissão de ideias e princípios adotados pelo partido republicano, visando a formação da futura geração de intelectuais. *Ibidem*, p. 84-85.

²⁴ George Whitehill Chamberlain nasceu em 1839 em Waterford, era formado em filosofia e teologia pela Universidade de Princeton. Iniciou junto com sua esposa Mary Ann Chamberlain a Escola Americana.

²⁵ John Beatty Howell nasceu em Nova Jersey, era formado em teologia pelo seminário da Universidade de Princeton. MATOS, Alderi. Os pioneiros presbiterianos do Brasil. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. p. ????

²⁶ CASIMIRO, Arival Dias. Um mestre da língua portuguesa: um estudo gramatical de Eduardo Carlos Pereira. Santa Bárbara d'Oeste, SOCEP Editora, 2005. p. 89.

Ipiranga, Culto à Ciência, Escola Americana, ademais, fôra eleito o primeiro professor brasileiro do Seminário Presbiteriano, no qual lecionava teologia e filosofia.

Com a reforma do ensino após a proclamação da república Pereira foi nomeado por concurso em 1895 para a primeira cadeira de português do Ginásio Oficial do Estado de São Paulo, no qual foi diretor interino durante um ano. Foi nesse ambiente acadêmico que desenvolveu suas gramáticas, as quais tinham o intuito de atender a necessidade de muitos professores de língua portuguesa no Brasil de sua época. T tamanha era a necessidade de uma obra como a sua que a *Gramática Expositiva – Curso Superior* – teve 96 edições, e a *Gramática Expositiva – Curso Elementar* – 164 edições, ainda em 1916 produziu sua *Gramática Histórica*, a qual teve 10 edições.²⁷

Dentre suas várias funções, tais como: pastor, professor e filólogo; destacamos nesse trabalho sua extensa atividade jornalística desde a década de 1880 na cidade de Campanha, onde criou a *Sociedade Brasileira de Tratados Evangélicos* e a *Revista das Missões Nacionais* até sua notável influência intelectual ao escrever para a *Revista da Língua Portuguesa*. No entanto, reconhecemos no trabalho que seu principal trunfo no jornalismo foi, sem dúvida, a criação de o jornal *O Estandarte*, o qual é, atualmente, o jornal protestante mais antigo do país.²⁸

Outro jornal – esse de grande circulação – em que Pereira escreveu e que nos deteremos um pouco em sua análise no próximo capítulo é “*O ESP*”. Encontramos em suas páginas artigos de Pereira que versavam sobre questões relacionadas à religião, filosofia e educação. Na década de 1920 durante sua viagem à Europa, Pereira aproveitou e fez um trabalho de correspondente internacional e escreveu uma série de crônicas intituladas: *Da terra de nossos avós*, nos quais relatava suas experiências de viagem.

²⁷ PEREIRA, Eduardo Carlos. Sermões de Eduardo Carlos Pereira. In: CASIMIRO, A. D. NASCIMENTO, J.V. (Organizadores). São Paulo: SOCEP Editora, 2002. p. 13.

²⁸ LÉONARD, Émile. *Op. cit.* p. 156.

3. INTERFACES ENTRE O JORNALISMO PROTESTANTE DE “O ESTANDARTE” E O JORNALISMO REPUBLICANO DE “O ESTADO DE SÃO PAULO”

A partir da segunda metade do século XIX lideranças políticas nacionais entendem a necessidade de o Brasil acompanhar a marcha do desenvolvimento industrial dos países europeus e dos Estados Unidos. Muitos desses líderes formularam seu pensamento político a partir de teóricos liberais, dos quais, muitos eram contrários à união entre igreja e estado e enxergavam a educação como um dos elementos fundamentais para o progresso da civilização.

Pesavam contra os intentos desses políticos brasileiros a monarquia e o regime do padroado, ademais, no campo político, a dicotomia entre o partido conservador e o partido liberal não representava, necessariamente, uma dialética de propostas, daí o surgimento do Partido Republicano no início da década de 1870 como uma ala radical dos liberais.

Os republicanos, desde então, precisavam de uma organização política e os jornais foram de suma importância para a divulgação de suas ideias sobre educação, separação entre igreja e estado e a defesa da federação (SODRÉ, 1966).

Se, por um lado, queriam os republicanos uma modernização econômica no país, por outro não queriam uma dependência dos países europeus – principalmente da Inglaterra –, preferindo relações internacionais com os EUA. Dentre os mais árdios defensores dessa aproximação econômica estava o deputado Tavares Bastos, como podemos analisar em sua obra *Cartas do Solitário*.

De certo modo, a elite liberal do país viu com bons olhos a chegada de missionários estadunidenses no Brasil no final da década de 1860, pois estes poderiam ajudar tanto na implantação quanto no desenvolvimento de instituições republicanas.

Entendendo a real situação muitos destes missionários prontamente investiram esforços no desenvolvimento de instituições para-eclesiásticas, tais como: escolas para uma propaganda de evangelização indireta. Um dos colégios mencionados anteriormente neste trabalho é o Internacional, o qual uniu a elite política campineira para que este fosse fundado, e que possuía no seu corpo docente o político republicano Rangel Pestana (BENCOSTTA, 1996). Seu fundador, o missionário George Nash Morton, posteriormente, estendeu seu empreendimento educacional ao abrir, na capital da Província, o Colégio Morton, no qual estudou, em 1879, Júlio de Mesquita (LEONARD, 2002).

Rangel Pestana e Júlio de Mesquita estão diretamente ligados entre si no que se refere ao jornal “*O ESP*”, pois, ambos eram republicanos e haviam de uma forma ou outra, compartilhado o *modus operandi* protestante: o primeiro como docente numa instituição protestante e o outro como discente.

3.1 “O Estado de São Paulo” e “O Estandarte”: relações de poder e aproximações quanto à política editorial

Para observarmos essa aproximação entre *O Estandarte* e o “*O ESP*” quanto à política editorial faz-se necessário compararmos como ambos noticiaram as revoltas ocorridas no ano de 1893 e as datas simbólicas para a pátria; assim como analisar se as notícias correlacionavam-se entre si na consolidação das instituições republicanas.

“*O ESP*” recebeu esse nome no dia 1º de janeiro de 1890, sua gênese deu-se com o fim do jornal *Província de São Paulo*, o qual foi fundado em 1875 por um grupo de republicanos, dentre os quais: Rangel Pestana e Américo de Campos. Em 1885, Júlio de Mesquita entrou para o jornal como redator e com a saída de Rangel Pestana para o senado, em 1890, Mesquita assumiu a direção. Contudo, os anos em que circulou a *Província de São Paulo* são contabilizados juntos aos da atuação de “*O ESP*”.

As balizas ideológicas dos representantes do jornal eram, sobretudo, embasadas nas teorias liberais do século XVIII (PRADO, CAPELATO, 1980). A teoria política de John Locke e as formulações filosóficas dos iluministas Montesquieu e Rousseau serão comentadas e interpretadas de maneira não criteriosa para a superação dos resquícios de algumas instituições, como, por exemplo, o padroado, (Rousseau e Montesquieu), quanto para a manutenção de outras, por exemplo: a propriedade privada (John Locke).

O ano de 1893 é propício para que houvesse essa teorização quanto aos sistemas de governo, e a imprensa, mais do que nunca, se torna a arena política, a ágora moderna – para usarmos uma expressão marxiana –, de onde saem as mais lúcidas análises políticas, como também as mais românticas e parciais. O combate por meio de artigos era intenso e os republicanos sabiam que o sucesso de suas instituições dependia, também, de uma propaganda favorável, uma maquiagem sobre a real situação, como, por exemplo, o modelo político adotado. Sobre isso assim se manifesta “*O ESP*”:

Em quatro annos de republica. S. Paulo avançou mais para a civilização do que durante todo o tempo que viveu sob o regimen centralizador de provincia monarchica tributaria do centro.²⁹

Do mesmo modo o jornal *O Estandarte* aproveita para elucidar sua análise sobre o atual momento político fazendo uso do discurso de um paraninfo, o Dr. José Luis de Almeida Nogueira, proferido por ocasião da colação de grau de alguns bacharelados, vejamos:

No Brazil vae se operando um phenomeno singular na vida dos povos: a transição relativamente suave, de um governo monarchico e unitario, para uma republica federativa; de uma centralização atrophiadora, para uma extrema descentralização. Para a observancia da lei da evolução, faltou o elo intermediario. O progresso produziu-se, pois, por salto; e, no fundo posto que de modo pacifico e incruento, – revolucionariamente. É essa, talvez, a causa de nossos tropeços que tem encontrado, nesta phase ainda incial de sua existencia, a jovem Republica Brasileira. Cumpre, porem, lembrar, que tres annos nada são para a vida de um povo. Posto que sem alteração na forma política, a monarchia constitucional consumiu muito mais dilatado praso, até que se implantasse em nosso organismo social.³⁰

No Brasil, às portas do novo século, se operava, conforme o discurso proferido acima, uma transição política típica da modernidade e outras seguiriam esse processo. Áreas como economia, educação, artes e ciência tão logo seriam os alvos dessa emergência dos novos tempos. Com a libertação dos escravos muitos destes enxergaram no novo modo de produção assalariada uma semi-escravidão e, portanto, abandonaram a relação empregado/patrão para, livres de qualquer tutela, experimentar um sinônimo de liberdade: a vagabundagem (FERNANDES, 1980). Sabiam, no entanto, os republicanos que o país carecia de braços para o trabalho, portanto, a saída era a imigração.

E a imprensa norteou várias das discussões quanto essa política, visto que sociedades de imigração, por uma questão de custo, estabeleceram contatos com países asiáticos. A “imigração amarela” foi discutida amplamente nas tribunas: verificou-se o custo, as condições, as qualidades desses imigrantes, as garantias etc.

Quanto a isso podemos dizer que “*O ESP*” e *O Estandarte* foram unânimes na preocupação quanto à “qualidade” do povo que viria, pois a predileção dos dois órgãos de imprensa era pelo “povo americano”, o qual poderia colaborar com a sua técnica o desenvolvimento do país, como podemos verificar em suas páginas:

²⁹ S. PAULO NO REGIMEN FEDERATIVO. O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 set. 1893, p. 1.

³⁰ DISCURSO DE PARANYMPHO. O Estandarte, São Paulo, 18 fev. 1893, p. 4.

Em uma correspondência de New York, publicada pelo *Paiz* em seu número de ante-hontem, lêmos a notícia de que em alguns Estados da União Americana a lavoura definha por tal modo, em consequência da barateza dos productos, que alguns plantadores notáveis estão promovendo os meios de se mudarem para o Brasil, trazendo o capital que apurarem da venda de suas propriedades, afim de empregal-o em nosso paiz na fundação de uma colonia agricola.

Oxalá se realize esta feliz noticia!

Em nosso paiz os lavradores americanos encontrarão todas as condições de prosperidade, e ao mesmo tempo virão concorrer com a sua experiencia para o desenvolvimento da lavoura e para a iniciação de novas culturas.³¹

O Estandarte, por sua vez, tinha uma relação de interesse com a imigração estadunidense, pois, esta nação tinha em sua história, em suas instituições e em sua moral puritana uma identificação com o protestantismo assimilado pelos brasileiros convertidos. Por isso em muitos artigos julgavam os editores e colaboradores que a nação americana era escolhida como depositária de uma missão sagrada e que o próprio Deus assim os tinha colocado como arautos de uma moderna geração.³²

Outro fator importante para a predileção quanto ao estabelecimento de colonos americanos era relacionado às insistentes reivindicações dos povos europeus, principalmente italianos, em relação às condições de trabalho, pois doutrinas socialistas já circulavam no Brasil, como podemos atestar com o surgimento do periódico *O Socialista* no Rio de Janeiro. Podemos dizer, portanto, que, dadas as dificuldades na consolidação da república o imigrante desejado era aquele que viesse com capital e que pudesse empregar suas técnicas no desenvolvimento da agricultura brasileira.

Quanto a real situação política era mútua a compreensão dos dois órgãos de imprensa de que a república não passava por um momento de paz, portanto, ninguém poderia abandonar essa arena num momento tão delicado onde, no entender dos editores de “*O ESP*”, cada brasileiro deveria defender a república e lutar pela consolidação de suas instituições.

Isso é visível com os pedidos de exoneração feitos pelo então contra-almirante Custódio José de Mello e do tenente coronel Innocencio Serzedello Corrêa em meio a Revolução, pois o jornal teceu suas opiniões e avaliou o peso político que isso traria. Num primeiro momento fez elogios ao caráter dos respectivos oficiais, mas em seguida questionou o porquê de tais atos nas atuais circunstâncias:

³¹ IMMIGRAÇÃO, O Estado de São Paulo, São Paulo, 01 jun. 1893, p. 1.

³² EVANGELIZAÇÃO E PATRIA, O Estandarte, São Paulo, 14 jan. 1893, p. 1-2.

(...) mas, nos não estamos num periodo de paz. Ao contrario, a republica vae atravessando, difficilmente, umas das suas crises mais graves. Do norte ao sul do paiz, estão em plena agitação todos os elementos hostis ás novas instituições (...).³³

Esse cenário político conflituoso proporcionou uma visão maniqueísta da história por parte desses atores sociais, ou seja, para eles era muito simples a identificação do inimigo a ser combatido e do amigo a ser apoiado: o contrário à república era o inimigo, o favorável era o amigo. Essa atitude transpareceu na imprensa e alguns órgãos de notícias foram fortemente criticados pelos jornais republicanos. “*O ESP*” chegou até mesmo a questionar a liberdade de imprensa no Brasil que por ser demasiada permitia que o jornalista não medisse suas palavras.

Se existia uma imprensa inimiga a ser combatida, existia uma imprensa amiga a ser divulgada. É o caso de *O Estandarte* que recebe de “*O ESP*”, por conta de sua 1ª edição, uma nota de recepção, vejamos:

O Estandarte – assim se intitula uma nova folha que a 07 do corrente encetou a sua publicação nesta capital (...).
Saudamos ao novo collega desejando-lhe existencia longa e prospera.³⁴

Das novas instituições, citadas acima, que deveriam ser defendidas pelos brasileiros estava a do casamento civil. Contudo, os brasileiros, em sua maioria católica, acatavam as ordenações paroquiais e continuavam realizando apenas a celebração religiosa, portanto, a luta desses homens de imprensa foi árdua, pois, como dito anteriormente, tínhamos na teoria um país *legal*, mas na prática um país *real*. Dessa forma, a rigor observância da lei antecipou o que ficou conhecido posteriormente como “República dos Bacharéis”.

Se a igreja católica reagia à república desprezando parte de suas leis, a imprensa respondia com ironias, como, por exemplo, a de que o clero católico estava rezando para que a república fosse de “catapruz para as profundezas do inferno”.³⁵ Com o grande poder que os sacerdotes católicos tinham e exerciam sobre o povo, bastou a esses expedir algumas cartas circulares para todas as igrejas interpretando a lei como subalterna aos mandamentos divinos que o desrespeito às mesmas começou a ser identificado em todo o país.

Diante disso não houve outra solução se não o clamor da imprensa pela punição desses líderes religiosos. Dentre esses líderes estava o bispo de São Paulo, o qual avisou em 1893 por meio de correspondência os párocos das igrejas paulistas de que poderiam celebrar o

³³ A SITUAÇÃO. O Estado de São Paulo, São Paulo, 02 maio. 1893, p. 1.

³⁴ LOCAES, O Estado de São Paulo, São Paulo, 10 jan. 1893, p. 2.

³⁵ DEUS NA POLÍTICA. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 mar. 1893, p. 1.

casamento religioso antes do civil.³⁶ “*O ESP*” condenou a atitude do bispo, conforme verificamos:

Demonstrámos hontem em poucas palavras – porque só de poucas palavras costumamos usar – que está de pé, em pleno vigor, a disposição do art. 284 do Código Penal, e firmamos a doutrina, alias axiomática em Direito, de que uma lei só pode ser revogada por outra lei, e nunca por um simples aviso como aquelle a que se soccorreu o sr. bispo desta diocese (...) e esse artigo foi evidentemente estatuido com o fim de evitar abusos de parochos reaccionarios e de proteger as pessoas ignorantes do vastissimo territorio da Republica (...) ha padres catholicos que pregam a inobservancia d’essa lei, qualificando de concubinato o casamento legal.³⁷

E deu ampla cobertura ao processo movido contra o cônego Miguel Martins da Silva por ter este celebrado o casamento religioso antes do civil, o qual trazia sérias implicações jurídicas e éticas para a época.

O Estandarte, por sua vez, deu maior amplitude aos casos relacionados à infração do art. 284 do código penal, o qual previa as seguintes punições ao ministro que celebrasse a cerimônia religiosa antes do civil: “prisão celular de um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000”, e disponibilizou vários espaços de seu jornal para denunciar o descumprimento da lei. Ademais, citou exemplos de outras nações nas quais as reformas sociais eram impedidas pelo conservadorismo do clero católico, como, por exemplo, o caso da Bélgica que se debatia numa reforma política, sobretudo, na questão do sufrágio universal, e da Hungria, sobre a questão do casamento civil, como podemos observar em suas páginas:

Dois factos da actualidade, sobremodo significativos, vêm mais uma vez demonstrar que baldos são todos os esforços do romanismo para porem diques á torrente impetuosa das ideas liberais, que são a conquista do seculo XIX e que serão o apanagio do seculo XX.

Notemos, em primeiro logar, o caso da Bélgica.

Os amigos da liberdade, advogando a causa do povo, esforçaram-se por fazer passar nas camaras a lei do suffragio universal. A isto se oppuzeram os conservadores, os retrogrados, os homens do partido clerical ou catholico (...). Cada dia adquire maior importancia a questão politico-religiosa suscitada em Hungria pelo projecto de casamento civil e outros de caracter manifestamente liberal que o governo tracta de adoptar.

A luta vae se tornando renhida.

De uma lado, estão a maioria da camara e o governo, querendo ambos fazer prevalecer as reformas liberaes sobre o estado civil e matrimonio, appoiados por grande parte da classe media e pelos protestantes e israelitas.

Do outro, estão os elementos catholicos romanos, o clero regido pelo episcopado e a aristocracia nobiliaria.³⁸

³⁶ CASAMENTO CIVIL, O Estado de São Paulo, São Paulo, 28 mar. 1893, p.1.

³⁷ CASAMENTO CIVIL, O Estado de São Paulo, São Paulo, 29 mar. 1893, p. 1.

³⁸ AS REFORMAS E O ROMANISMO. O Estandarte, São Paulo, 27 maio. 1893, p. 1.

O testemunho desses fatos trazidos pelo jornal *O Estandarte* serviam naquele momento para demonstrar que as mesmas lutas políticas que o Brasil enfrentava estavam sendo travadas em outras partes do mundo, mas que isso era um embate comum dos novos tempos.

Outra estratégia editorial dos dois órgãos de imprensa para enaltecer a república era memorizar datas simbólicas, tais como: 15 de novembro, 21 de abril, 13 de maio. Sobre essa última data os jornais fizeram questão de lembrar que o regime extinto, o da escravidão, era parte torpe de um sistema político atrasado, a monarquia. Vejamos o editorial de *O Estado de São Paulo*:

Completam-se hoje cinco annos que foi decretada a libertação dos escravos no Brasil.

Acontecimento histórico de tamanha magnitude e de incontestável importância, não pode jamais passar despercebida a comemoração popular, por isso que representa a mais bella reforma social que se tem realizado em nossa patria, a gloriosa conquista do Direito e da Justiça, que estabeleceu juridicamente a egualdade dos cidadãos perante a lei em contraposição a propriedade illegal do homem sobre o homem.³⁹

Como dissemos anteriormente Pereira havia sido um abolicionista e tinha publicado em 1888, antes da abolição oficial, um opúsculo na *Revista das Missões Nacionais*, denominado “*A religião cristã e suas relações com a escravidão*”. Por conta disso não surpreende a maneira como *O Estandarte* se manifestou em seu editorial:

Entre as datas gloriosas de nossa história conta-se o dia 13 de maio de 1888.

Esse dia, assignalando uma grande vitoria na cruzada sancta da liberdade relembra um facto altamente significativo para todos nós – a libertação dos escravos.

(...) Constituindo, por si só, um rasto luminoso e indelevel de nossa historia patria, este facto assume proporções verdadeiramente colossaes, quando o encaramos sob o ponto de vista sociologico: como o desabrochar de uma aspiração patriotica, incubada durante annos por uma propaganda paciente e desinteressada; como a bussola indicadora de que no coração da patria não se tinha atrophiado os sentimentos nobres e elevados; como a estrella d’alva da idea republicana transformada em realidade no memoravel dia 15 de novembro de 1889.⁴⁰

Com a eclosão da Revolta Federalista os dois jornais exprimem em seus editoriais as suas determinadas posições diante do acontecimento, conforme observamos:

(...) se nos perguntarem, entretanto, de que lado estão as nossas sympathias, não hesitaremos em responder que todos os nossos votos são para que triumphe em toda a linha o governo do Dr. Julio de Castilhos.

³⁹ 13 DE MAIO. O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 maio. 1893, p. 1.

⁴⁰ 13 DE MAIO. O Estandarte, São Paulo, 13 maio. 1893, p. 1.

Em primeiro lugar, elle é uma auctoridade legitimamente constituída e não ha nada, no momento actual que possa justificar uma revolução.
Em segundo, é com elle que esta a idea republicana (...).⁴¹

Rio Grande do Sul - Felizmente, a guerra civil neste estado vae indo favoravel á republica. Os invasores, depois da tomada de D. Pedrito, não ganharam terreno e as forças da legalidade marcham para as fronteiras afim de repellil-os (...).⁴²

Não bastasse a Revolução Federalista no sul, no dia 06 de setembro irrompe a Revolta da Armada tendo-a como líder o contra-almirante Custódio José de Mello. “*O ESP*” analisa o fato da seguinte maneira:

Devemos informar os nossos leitores do que soubemos com relação aos boatos alarmantes que hontem circularam nesta cidade.

É o seguinte:

Na noite de terça para quarta-feira o almirante Custódio José de Mello, a bordo do couraçado *Aquibadan* tomou mais dois vasos da esquadra e alguns navios mercantes, conservando-se na Bahia, em attitude ameaçadora, mas sem definir sua posição.

Até hontem á noite nada mais havia occorrido. O governo considera-se forte e, além do apoio das armas, tem o apoio da nação (...).⁴³

E num artigo posterior condena a investida bélica do almirante afirmando que este ameaçava a república e o seu país com uma guerra civil sem ter uma causa, ou princípio, que justificasse tal ação.⁴⁴

Se para “*O ESP*” o posicionamento político em favor do governo do Marechal Floriano Peixoto foi tranquilo, não podemos dizer o mesmo de *O Estandarte*, pois, a partir do dia 16 de setembro de 1893 estreou um novo colaborador: A. de Campos – o qual veio substituir Christiano Brasiliense –, com uma coluna intitulada *Cartas Fluminenses*. Sua função como correspondente na Capital Federal era informar os leitores sobre o andamento da obra missionária no Rio de Janeiro, assim como prestar informações sobre as igrejas presbiterianas. Contudo, com o clima de guerra o jovem colaborador além de informar sobre o acontecimento teceu alguns comentários que desagradaram certas lideranças presbiterianas, principalmente quando disse que não competia ao jornal inquirir de que lado estava à razão (Floriano Peixoto ou Custódio José de Mello?), nem qual dos grupos era o mais simpático.⁴⁵

Na edição seguinte *O Estandarte* em seu editorial torce pela paz no desenrolar da guerra, chama os protestantes à oração, mas se mantém dúbio quanto ao modo como os

⁴¹ O RIO GRANDE. O Estado de São Paulo, São Paulo, 19 fev. 1893, p. 1.

⁴² ACTOS E FACTOS. O Estandarte, São Paulo, 11 mar. 1893, p. 3.

⁴³ NOTICIAS DO RIO. O Estado de São Paulo, São Paulo, 6 set. 1893, p. 1.

⁴⁴ A REVOLTA, O Estado de São Paulo, São Paul, 10 set. 1893, p. 1.

⁴⁵ CARTAS FLUMINENSES, O Estandarte, São Paulo, 16 set. 1893, p. 2.

cristãos deviam agir caso tivessem que pegar em armas: “(...) si o dever civico nos manda pegar de uma arma mortifera e pôrmo-nos em attitude defensiva, o dever christão nos manda irmos pressurosos e cheios de confiança ao throno da graça (...).⁴⁶ Se os editores de *O Estandarte* não se prestaram em suas páginas em dedicar uma orientação aos protestantes brasileiros de como agir perante a guerra civil, o novato colaborador prontamente enunciou:

Os preceitos do Evangelho, reforçados com testemunhos tão frisantes, traçam-nos a conducta a seguir perante os acontecimentos. Devemos conservar-nos neutros, e nunca por motivo algum acceitar parte deste ou daquelle em manifesta transgressão da vontade de Deus.⁴⁷

A atitude anteriormente dúbia do jornal, assim como a orientação de neutralidade de A. de Campos fez com que na edição seguinte o jornal se posicionasse com mais firmeza em seu editorial, conforme observamos:

O Estandarte, jornal religioso cuja missão sagrada é attender ao lado moral das cousas e annunciar a grande familia brasileira Nosso Senhor Jesus Christo, o *Principe da Paz* (...) observando os tristissimos eventos que perturbam o socego do paiz, abstem-se de fazer sobre elles qualquer apreciação política, que levasse o espirito do leitor a desconfiança de que o animam paixões partidarias. E porque é alheio á política deixa *O Estandarte* de encarar a actualidade sob o ponto de vista pelo qual a observa a imprensa profana, para contemplal-a pelo prisma da moral evangelica.⁴⁸

Essa posição editorial do jornal, assim como as orientações do novato colaborador ocasionaram certa discussão ética na comunidade presbiteriana, tanto que na 41ª edição Francisco Lotuffo, um líder presbiteriano ironiza: “Então qual deverá ser nossa conducta? Será a de nos fecharmos em nossas casas e de lá dirigirmos as nossas supplicas a Deus emquanto outros luctam para nos salvar?”.

Com a certeza de que a revolta da armada e a guerra civil se estenderiam para todo país, *O Estandarte* entra numa contradição diante do seu artigo-programa exposto na 1ª edição:

Vimos occupar, na imprensa de nosso paiz, o logar que, por largos annos occupou a Imprensa Evangelica, ha pouco extincta. Nosso programma, porem, é mais comprehensivo de accordo com os novos tempos. Sob as amplas dobras de nossa bandeira, abrigam-se todos os interesses moraes e religiosos. Procuraremos entrar na corrente do pensamento nacional e influenciar em sua direcção.

⁴⁶ A PATRIA, *O Estandarte*, São Paulo, 23 set. 1893, p. 1.

⁴⁷ CARTAS FLUMINENSES, *O Estandarte*, São Paulo, 29 set. 1893, p. 2.

⁴⁸ A PATRIA E A PROVIDENCIA, *O Estandarte*, São Paulo, 07 out. 1893, p. 1.

Collocar-nos-emos em um ponto de vista liberal, a fim de interessar na leitura de nosso periodico aquelles mesmos que são alheios a interesses puramente religiosos. A litteratura amena e instructiva, a sciencia e a arte, o movimento politico *sem tocar no interesse de partidos*, o noticiario largo e copioso, terão franca entrada nas collunas de nossa folha.⁴⁹

Essa contradição fez arrefecer os editoriais de *O Estandarte* que tratavam especificamente sobre política, assim como datas marcadamente republicanas deixaram de ser amplamente comentadas, visto que o jornal já tinha se expressado em algumas, tais como: 21 de abril em homenagem a Tiradentes e o dia 13 de maio em homenagem ao dia da libertação dos escravos.

Dessa forma nos valem da tabela abaixo para darmos uma amostra de como foram noticiados os fatos marcantes que faziam parte da política editorial e que estavam nas pautas de ambos os jornais:

	O ESTANDARTE	O ESTADO DE SÃO PAULO
Casamento Civil	Favorável	Favorável
Imigração americana	Favorável	Favorável
Revolta Federalista	Pró-república (situação)	Pró-república (situação)
Revolta da Armada	Neutro	Pró-república (situação)
Liberdade Religiosa	Favorável	Favorável
Manutenção das instituições republicanas	Favorável	Favorável

⁴⁹ O ESTANDARTE, *O Estandarte*, São Paulo, 07 jan. 1893, p. 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos no início de nosso trabalho monográfico do pressuposto de que a comunicação religiosa do jornal protestante *O Estandarte* era também uma comunicação política. Para tanto investigamos as notícias e a posição editorial desse jornal no ano de sua fundação, 1893. Procuramos, ainda, demonstrar que existia certa relação de poder entre os atores sociais protestantes, pertencentes ao presbiterianismo, e os republicanos brasileiros na segunda metade do século XIX e que essa relação de poder se nutria à medida que a república passava por uma crise em suas instituições, principalmente nos períodos após o início da revolução federalista e da revolta da armada, ambos datados, também, em 1893.

Embora não ignoremos que, de maneira geral, outros veículos de comunicação deram grande visibilidade aos casos que enfraqueciam as novas instituições legais da república – como foi o caso do *Correio Paulistano*, o qual deu ampla repercussão ao descumprimento da lei que instituía o casamento civil –, nossa análise empírica, além da investigação em *O Estandarte*, destacou os editoriais do jornal “*O ESP*”. Este era um veículo de comunicação que compartilhava com a sociedade uma visão liberal de mundo e, de certo modo, se coadunava com a visão protestante, ademais, Rangel Pestana e Júlio de Mesquita, em um momento específico partilharam, em períodos e funções distintos, da visão liberal-protestante.

Por conta disso, como demonstramos no decorrer do trabalho, houve certa aproximação no modo como esses dois órgãos de imprensa noticiaram datas comemorativas em relação à república, questões referentes ao cumprimento da lei e da manutenção-consolidação das instituições republicanas e, também, no modo como apresentaram aos leitores a revolução federalista. Entende-se no trabalho que pela proximidade quanto à política editorial os dois veículos de comunicação propunham, através da imprensa, ajudar na consolidação das instituições republicanas, assim como afastar as pretensões dos grupos monárquicos que articulavam aproveitar-se das situações desfavoráveis que a república passava para tramarem um golpe político que trouxesse, num primeiro momento, Dom Pedro II novamente ao país e, posteriormente, membros legítimos da realeza.

Essa articulação monárquica passou ao largo de nosso trabalho propositalmente por não se apresentar como o *leitmotiv* para o surgimento de *O Estandarte*. Reconhecemos que, a tradição literária protestante, a ausência de um jornal presbiteriano de amplitude nacional, as discussões sócio-políticas do período e o trabalho jornalístico de Eduardo Carlos Pereira, somado ao aparecimento de alguns jornais de orientação católico-monarquista, como, por

exemplo: *O Protesto* (JANOTTI, 1986, 59), e o constante aumento do antiamericanismo impulsionaram essa investida da imprensa protestante.

Embora consideremos em nosso trabalho que a comunicação religiosa de *O Estandarte* era também uma comunicação política, no decorrer da análise empírica notamos certa atitude dúbia com relação a esse propósito. Embora não tenha havido uma metamorfose no sentido de sua existência, o jornal passou de uma agressiva propaganda religiosa e política para uma tímida propaganda sócio-política, embora tenha mantido sua agressiva apologética-cristã-protestante.

A atitude dúbia do jornal diz respeito à maneira que os desdobramentos da revolta da armada foram noticiados pela sessão *Cartas Fluminenses*, na qual A. de Campos justificava que não cabia ao jornal dizer de quem estava a razão política dando-nos uma evidência de que, ao menos nesse momento, não se posicionava imparcialmente ao lado do governo Floriano Peixoto como assim tinha feito por ocasião da revolução federalista.

A partir da segunda metade de setembro, no auge da efervescência política, o jornal destaca que é um órgão religioso a serviço do protestantismo e se abstém de emitir opiniões julgadas por ele como partidárias. Continua, no entanto, no seu labor pelo cumprimento das leis republicanas: casamento civil, secularização dos cemitérios, tolerância e liberdade religiosa. Para atingir seu propósito publica textos de autoridades intelectuais, tais como: Rui Barbosa, Emile de Laveleye a fim de respaldar o ideal protestante da modernidade-progresso.

A prestação de serviço ao protestantismo, como dito, significava naquele momento continuar defendendo os interesses protestantes na esfera pública, assim como tinha feito anteriormente por ocasião da prisão do reverendo metodista Justus Nelson, o qual foi julgado transgressor da lei 185 do Código Penal que previa punição àquele que ultrajasse qualquer confissão religiosa. A alegação de *O Estandarte* era que Nelson não tinha ultrajado a religião católica, mas apenas externado sua posição na imprensa em relação aos festejos católicos. Portanto sua prisão constituía uma afronta à democracia e à liberdade de consciência.

No entanto, diante de algumas manifestações protestantes feitas em outros veículos de comunicação, as quais se referiam ao Código Penal como vergonhoso, *O Estandarte*, na pessoa de seu colaborador Christiano Brasiliense, admoesta-os de que o problema não consistia no Código – pois este era uma garantia aos protestantes –, mas na interpretação da lei, a qual, nesse caso, beneficiou os católicos.

Se os protestantes liberais, tão dispostos ao respeito das leis que aprovavam historicamente, ainda estavam sofrendo pela interpretação errônea das mesmas, era salutar

que pugnassem pelo cumprimento, o que não estava acontecendo por parte dos sacerdotes católicos no que se referia, principalmente, ao casamento civil, contudo, estes sacerdotes não eram autuados pela lei que coagia, em outras circunstâncias, os protestantes. Logo, *O Estandarte*, pautou suas matérias nessas denúncias que eram questões políticas, mas principalmente de cunho religioso.

De certo modo, mesmo sendo minoria, esses protestantes inteirados do jogo político brasileiro aliaram-se aos ideais republicanos e conseguiram pautar suas reivindicações políticas de interesse público, mesmo essas estando enviesadas por questões de interesse privado, ou seja, religioso.

Nesse caso essa análise constata o que Weber já havia identificado historicamente em relação aos protestantes os quais, mesmo constituídos como minoria num determinado espaço geográfico ou, ainda, em condições adversas, alcançavam prosperidade em seus intentos, sejam eles políticos, sociais e, conseqüentemente, financeiros (WEBER, 1967, 22). Da mesma forma a escalada social dos protestantes brasileiros na segunda metade do século XIX era feita de maneira racional, os postos estratégicos eram visados, como constatou Walzer, e fazia parte de sua característica como grupo social à atuação discreta, porém, eficaz, uma *força oculta* para usarmos a expressão de BIÉLER (1999).

Verificamos, também, que *O Estandarte* exercia influência nacional entre os protestantes graças ao trânsito religioso de missionários, evangelistas, pastores e professores presbiterianos em todo o território brasileiro. Isso é atestado pela correspondência recebida de todas as partes do país. Influência, sobretudo, entre os protestantes presbiterianos, embora, por constituir-se no século XIX como o principal grupo social dentro do protestantismo, não devemos desmerecer o fato de que o jornal pensou primeiramente unir a causa protestante brasileira, ou seja, obedeceu num primeiro momento às mesmas diretrizes da reforma protestante do século XVI, digamos, o jornal não tinha como disposição primária discutir divergências entre os diversos grupos protestantes que aqui atuavam, tais como: batistas, metodistas, luteranos, anglicanos etc.

Contudo, mesmo com essa influência – ou justamente por possuir essa influência – o jornal em dado momento arrefeceu seus escritos políticos e a neutralidade pode ser entendida nesse caso como uma opção pela causa religiosa protestante sobreposta à causa política republicana, ou seja, o campo religioso sobreposto ao campo político, embora, na maioria das vezes, um fosse causa do outro.

Por fim, entendemos que o jornal ao delimitar seu campo de atuação obedeceu ao critério racional de seus redatores, pois discussões relacionadas à atuação do sujeito no estado e sua relação com a ética cristã poderiam, naquele momento, desagregar e desarticular o protestantismo, visto que interpretações a esse respeito opõem historicamente grupos sociais protestantes. Portanto, se a coesão em torno de uma causa era o objetivo seria imprudente o jornal posicionar-se pró ou contra certas medidas governamentais que não diziam respeito aos interesses objetivos do jovem protestantismo brasileiro, certo é que existiam questões mais importantes a serem discutidas e que envolviam problemas macro-éticos – a manutenção do regime republicano e suas implicações políticas: laicização do estado, valor *legal* do casamento civil, secularização dos cemitérios, tolerância e liberdade religiosa etc., as quais poderiam enfraquecer a hegemonia da igreja católica. Portanto, quando surge a interrogação dentro da comunidade protestante brasileira do século XIX de como agir caso tivessem que pegar em armas por ocasião da guerra civil instaurada, o jornal responde de maneira romântica que a tarefa do cristão era a oração. Ora, desconheciam esses líderes intelectuais protestantes – grande parte deles formados em teologia – que os sínodos europeus já haviam discutido essas questões e que as decisões teológicas tomadas levavam em consideração o cristianismo de tipo real e não o de tipo ideal? Definitivamente, não. Assim, a neutralidade do jornal permitiu a manutenção da coesão protestante e a militância sócio-política em torno de uma causa comum que tanto almejavam: serem reconhecidos como um grupo religioso capaz de colaborar na transformação político-cultural pela qual passava o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACTOS e Factos. *In: O Estandarte*. São Paulo, 11 mar. 1893, p. 3.
- AGENTES. *In: O Estandarte*. São Paulo, 08 ab. 1893, p. 3.
- ANNUNCIOS. *In: O Estandarte*. São Paulo, 05 ago. 1893, p. 4.
- BARBOSA, José Carlos. *Negro não entra na igreja, espia da banda de fora*. Piracicaba, São Paulo: UNIMEP, 2001. 175p.
- BARRETO, Célia de Barros. “Ação das sociedades secretas”. *In: Holanda, Sérgio Buarque (Organizador) HGCB – O Brasil monárquico – Tomo II, 3º Volume. O processo de emancipação*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. 410p.
- BENCOSTTA, Marcus Albino Levy. “*Ide por todo o mundo*”: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana 1869-1892. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP, 1996. 144p.
- BIÉLER, André. *A força oculta dos protestantes*. São Paulo: Cultura Cristã, 1999.
- CARDOSO, Douglas Nassif. *Robert Reid Kalley: médico, missionário e profeta*. São Bernardo do Campo: Ultimato, 2001. 175p.
- CARTAS Fluminenses. *In: O Estandarte*. São Paulo, 16 set. 1893, p. 2.
- CARTAS Fluminenses. *In: O Estandarte*. São Paulo, 29 set. 1893, p. 2.
- CARTER, Lindberg. *As reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal, 2001. 504p.
- CASAMENTO civil. *In: O Estado de São Paulo*. São Paulo, 28 mar. 1893, p.1.
- CASAMENTO civil. *In: O Estado de São Paulo*. São Paulo, 29 mar. 1893, p. 1.
- CASIMIRO, Arival Dias. *Um mestre da língua portuguesa: um estudo gramatical de Eduardo Carlos Pereira*. Santa Bárbara d’Oeste, SOCEP Editora, 2005. 192p.
- CONSTITUIÇÃO Política do Imperio do Brazil, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acessado em 12 maio 2011.
- DEUS na política. *In: O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 mar. 1893, p. 1.
- DISCURSO de paranympo. *In: O Estandarte*. São Paulo, 18 fev. 1893, p. 4.

- ESTANDARTE, O. *In: O Estandarte*. São Paulo, 30 dez. 1893, p. 1.
- ESTANDARTE, O. *In: O Estandarte*. São Paulo, 07 jan. 1893, p. 1.
- EVANGELIZAÇÃO E PATRIA. *In: O Estandarte*. São Paulo, 14 jan. 1893, p. 1-2.
- EXPEDIENTE. *In: O Estandarte*. São Paulo, 07 jan. 1893, p. 1.
- FACTOS e Comentos. *In: O Estandarte*. São Paulo, 01 ab. 1893, p. 4.
- FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez: autores associados, 1989. 111p.
- HACK, Osvaldo. H. *Protestantismo e educação brasileira*. São Paulo: Cultura Cristã, 2000. 239p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220p.
- IMIGRAÇÃO. *In: O Estado de São Paulo*. São Paulo, 01 jun. 1893, p. 1.
- JANOTTI, M. L. M. *Os Subversivos da Republica*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 276p.
- LEONARD, Émile. *O protestantismo brasileiro*. São Paulo: ASTE, 2003. 388p
- LESSA, Vicente Themudo. *Annaes da 1º Igreja Presbyteriana de São Paulo, 1863-1903*. Subsídios para a história do protestantismo brasileiro. São Paulo: Editora Independente, 1938, 721p.
- LOCAES. *In: O Estado de São Paulo*. São Paulo, 10 jan. 1893, p. 2.
- LUZ, Waldir Carvalho. *John Knox – o patriarca do presbiterianismo*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2001. 224p.
- MACHADO, Arlindo. *O quarto iconoclasmo e outros ensaios hereges*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001. 160p.
- MAIO, 13 de. *In: O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 maio. 1893, p. 1.
- MAIO, 13 de. *In: O Estandarte, São Paulo*. 13 maio. 1893, p. 1.
- MATOS, Alderi. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. 592p.

- MENDES, Antônio Celso. *Filosofia jurídica no Brasil*. São Paulo: IBRASA; Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 1992. 153p.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa e FILHO, Prócoro Velasques. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990. 279p.
- MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso*. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994. 256p.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 682p.
- NOBRE, Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*. São Paulo: 267p.
- NOTÍCIAS do Rio. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 6 set. 1893, p. 1.
- PANTALEÃO, Olga. “A presença inglesa”. In: Holanda, Sérgio Buarque. (Organizador). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil monárquico – Tomo II, 3º volume*. Reações e Transações. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. 498p.
- PÁTRIA, A. In: *O Estandarte, São Paulo*. 23 set. 1893, p. 1
- PÁTRIA e a Providencia, A. In: *O Estandarte*. São Paulo, 07 out. 1893, p. 1.
- PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: ? Alfa-Ômega, 1893. ?p.
- PRADO, Maria Lídia. CAPELATO, Maria Helena. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. Sermões de Eduardo Carlos Pereira. In: CASIMIRO, A. D. NASCIMENTO, J.V. (Organizadores). São Paulo: SOCEP Editora, 2002. 76p.
- REFORMAS e o Romanismo, As. In: *O Estandarte*. São Paulo, 27 maio. 1893, p. 1.
- REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2003. 458p.
- REVOLTA, A. In: *O Estado de São Paulo*. São Paul, 10 set. 1893, p. 1.
- RIO Grande, O. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 fev. 1893, p. 1.
- SITUAÇÃO, A. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 02 maio. 1893, p. 1.
- S. PAULO no regimen federativo. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 set. 1893, p. 1.

SIMONTON, Ashbel Green. O diário de Simonton: 1852-1866. In: MATOS, Alderi. (Organizador). São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966. 583p.

SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 395p.

SOUZA, Nelson Rosário de. *A igreja católica progressista e a produção do militante: cartografia de uma afinidade eletiva político-religiosa*. São Paulo: 1993. 190p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.

TYPOGRAFIA da sociedade brasileira de tractados evangelicos. In: *O Estandarte*. São Paulo. 27 maio. 1893, p. 3.

VIERA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1980. 409p.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

WILLAIME, Jean Paul. *O pastor protestante como tipo específico de clérigo*. Estudos de Religião. Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, Ano XVII, n. 25, p. 119-157, jul/dez. 2003.